

TELECOMUNICAÇÕES Mendonça de Barros diz que venda da Telebrás em julho é importante para reduzir gasto com juros sobre títulos

Dívida pública pressiona privatizações

CLAUDIA SAFATLE

BRASILIA - O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, admite que pode não vender todas as empresas do sistema Telebrás nos leilões do dia 15 de julho e conta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar, caso a caso, empresas nacionais que precisarem de capital para participar de um consórcio.

Em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, Mendonça de Barros falou sobre uma razão objetiva e pragmática para não adiar a privatização das teles, prevista para o dia 15 de julho: "O governo está pagando 22% de juros ao ano sobre sua dívida. Não existe nada que dê essa rentabilidade e o taxímetro está rodando. Cada dia que passar, na margem o governo vai perder". Afinal, são entre R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões que serão arrecadados com o leilão das teles. Nem tudo entra no caixa do Tesouro Nacional este ano, já que os consórcios vencedores dos leilões terão 2 anos de prazo para pagar. Mas o que entrar será aplicado direta e imediatamente na redução do estoque da dívida mobiliária, de R\$ 287 bilhões, diminuindo, assim, a conta de juros. "Não tem jeito, temos que reduzir os gastos com juros", disse Mendonça de Barros.

Se no dia 15 de julho o governo não conseguir vender todas as empresas mais a Embratel, "não tem problema. Se ficar uma ou duas empresas sem comprador, nós vamos tocá-las de forma competitiva", adianta o ministro.

Ele acha absolutamente natural o fato de, até agora, apenas sete empresas estarem inscritas para ter acesso às 12 salas de informações (data-room) relativas às 12 empresas que serão vendidas. Esse é um mercado de poucas e grandes empresas. Nos Estados Unidos são apenas quatro operadoras, na Europa cada um dos países mais ricos tem uma e com a Ásia não dá para contar, nesse momento em que a região vive uma intensa crise.

Parceiros - "São poucos parceiros e muito dinheiro, por isso o governo resolveu dar dois anos de prazo para pagamento. Eu, que sou o vendedor, estou agradavelmente surpreso com o número de empresas interessadas", disse. As empresas americanas não mostraram grande apetite pela privatização das teles porque, segundo o ministro, "elas estão muito envolvidas com o processo de reestruturação do setor nos EUA".

Só depois das definições sobre cisão, universalização, exigência de ganhos de produtividade, entre outras, é que tornou-se possível calcular o preço das teles. Quando o então ministro Sérgio Motta mencionava algo como R\$ 30 bilhões, "travava-se apenas de uma referência", diz Mendonça de Barros.

"Não dá para fugir da realidade. Pela primeira vez estamos conseguindo quantificar o mercado potencial de crescimento", argumenta. Um extenso trabalho feito pela Merrill Lynch mostra que em quatro a cinco anos a Telesp responderá por 40% a 45% do mercado que ho-

je é totalmente dela. O prognóstico é que, na região atendida pela Telesp, terá outra empresa disputando os outros 40% do mercado e uma, de menor porte, detendo algo como 20% do mercado. Tudo isso conta para a definição de preços no presente.

"Outro aspecto que influencia no preço é a exigência de transferir para o consumidor os ganhos de produtividade", salienta o ministro.

Consórcios - O BNDES não vai financiar os consórcios, porque não tem recursos para isso. Vai, contudo, poder financiar grupos nacionais que precisarem de capital para participar de consórcios formados para operações de menor vulto, como de uma empresa de celular para uma região menos atraente, por exemplo.

Com toda a estrutura de regulamentação pronta, o ministro, o presidente e o vice-presidente do BNDES, André Lara Rezende e José Pío Borges vão visitar alguns países onde estão as maiores empresas de telecomunicações, para vender o sistema Telebrás e a Embratel e esclarecer eventuais dúvidas dos interessados. Em princípio, estão agendando viagens para Londres, Nova Iorque e Paris.

A disputa na privatização das empresas de telefonia fixa deverá se concentrar entre as operadoras europeias e, na longa distância internacional, a briga deverá acontecer entre a MCI e a Sprint, as duas empresas dos Estados Unidos. As sete empresas estão inscritas para ter acesso aos *data-room* são: a Portugal Telecom, a Siet Internacional, a Telefónica de España, a MCI, a Sprint, a Lightel e a France Telecom. Porém, a expectativa é que a Telefónica de España dispute o controle da Embratel associada a MCI. Além disso, ela teria um acordo com a Portugal Telecom, com isso o número de players seria ainda mesmo menor.

Na privatização das teles fixas e da Embratel os consórcios, segundo o ministro, devem ser formados por uma operadora internacional, um investidor institucional internacional e outro brasileiro e por grupos nacionais.

Embratel - Todas as questões estratégicas envolvendo a privatização da Embratel serão definidas no contrato de concessão. Não há hipótese de o governo manter uma ação especial na empresa, do tipo *golden share*, garantiu o ministro das Comunicações. Consta do contrato de concessão, porém, a manutenção do canal especial para as Forças Armadas, a obrigação de manter uma estrutura mínima de satélites para o país, entre outras exigências.

Mendonça de Barros informou também que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deverá lançar o edital das empresas "espelhos" no dia 16 de julho, um dia após a entrega das propostas do Sistema Telebrás. Essas empresas é que vão competir com as teles privatizadas e o objetivo inicial, segundo o presidente da Anatel, Renato Guerreiro, é que os contratos sejam assinados em dezembro deste ano.